

CONDENADOS OU ABSOLVIDOS?

O fascínio causado pelos processos
julgados pelo Tribunal do Júri



Arias de Oliveira Crime do Restaurante Chinês

Histórico

Na manhã de 2 de fevereiro de 1938, uma Quarta-Feira de Cinzas, o cozinheiro Pedro Adukas levantou a porta de aço do restaurante chinês da rua Venceslau Brás, 13, no Centro da Capital, e encontrou quatro corpos estendidos. Acabara de descobrir um dos mais sangrentos e famosos latrocínios da crônica policial de São Paulo: O Crime do Restaurante Chinês.

Logo na entrada do salão, Pedro se deparou com os cadáveres de dois colegas de serviço, os garçons José Kilikevicius e Severino Lindolpho Rocha, assassinados a porretadas. Alguns passos depois, encontrou o corpo de seu patrão Ho-Fung, também morto com um porrete. O cozinheiro chamou a polícia, e, antes de ela chegar, achou no andar superior do prédio o cadáver de Maria Akiau Fong, mulher de Ho. Ela fora esganada.

A arma utilizada na matança foi encontrada no quintal do restaurante: um caibro quase circular, medindo 71 centímetros de comprimento e pesando 1,23 quilos. As suspeitas iniciais recaíram sobre patrícios de Ho e Maria, funcionários e ex-funcionários. Um deles, Manoel Custódio Pinto, era garçom e o mais antigo empregado da casa. Foi ouvido várias vezes pelo delegado Pedro de Alcântara Carvalho de Oliveira, que presidiu o inquérito, e, no terceiro interrogatório, a 4 de março, mencionou o nome de Arias de Oliveira.

Arias trabalhara durante 16 dias como ajudante de cozinha e deixara o emprego na Sexta-Feira de Carnaval. Era um dos funcionários autorizados a dormir no serviço, gozando ainda da simpatia do ex-patrão. Manoel revelou aos policiais que ouvira Ho dizer, na terça-feira, que Arias pedira para ser readmitido.

Arias passou a ser o principal suspeito, até porque fornecera dados errados no cartório, dizendo ser de Franca e nascido em 1º de janeiro de 1912 para fugir do Serviço Militar. Foi preso em 11 de março, mas os policiais não falaram sobre o crime, pois era necessário preservá-lo para depois submetê-lo a “perícia antropsiquiátrica”. Pela primeira vez a polícia paulista lançava mão dessa técnica para esclarecer um delito.

CONDENADOS OU ABSOLVIDOS?

O fascínio causado pelos processos
julgados pelo Tribunal do Júri

Para auxiliá-lo nesta tarefa, o delegado Pedro de Alcântara chamou Ricardo Gumbleton Daunt (1894-1977), chefe do Serviço de Identificação, Edmur de Aguiar Whitaker (1909-1965), médico psiquiatra, Oscar Ribeiro de Godoy, médico antropólogo, e Pedro Moncau, médico endocrinologista. Arias foi interrogado e submetido a testes por três vezes.

Os resultados indicavam que ele seria o assassino. Arias continuou negando, até 19 de março. Em sua primeira confissão, disse que estava no local, mas afirmou ser Manoel o responsável pelas mortes. Em seguida assumiu a culpa. Acrescentou que, desde que viera de Franca, seis meses antes, enfrentara sérias dificuldades. Chegara a passar fome e, nas vezes em que se alimentara, fora graças a ajuda de amigos.

Brincou o Carnaval no tablado armado na Praça do Patriarca, e no último dia dançou até à meia-noite, final do baile. Foi até a casa de um amigo, na Rua Santo Antonio, e pegou o paletó. Na volta cruzou a Praça da Sé, e na rua Venceslau Brás, avistou José e Severino na porta do restaurante. Ficou ali até a chegada dos patrões e pediu para dormir. Disse que sua intenção era se alimentar, mas tinha vergonha de confessar. Decidiu roubar o dinheiro que havia no cofre. Foi até a cozinha, apanhou um pilão e golpeou o lituano Kilikevicius na cabeça. Severino se levantou e também foi assassinado.

Arias relatou que, em seguida, ouviu passos de tamanco e correu para o banheiro no fundo do corredor. O chinês passou com a toalha no pescoço e foi atacado por trás. Maria apareceu no topo da escada e foi perseguida até o quarto. Arias perguntou sobre as chaves do cofre e, como ela se negou a dizer onde estavam, estrangulou-a. Depois revirou as gavetas do cômodo, nada encontrando. Desceu e tirou 30 mil réis do bolso de Ho. Foi até a cozinha, comeu e levou para o quarto de despejo o colchão em que havia dormido. Fez tudo isso sem acender as luzes. Fugiu para seu quarto na rua Visconde de Parnaíba onde dormiu. Mais tarde, passou pelo restaurante chinês, mas foi impedido de entrar.

A prisão preventiva de Arias foi decretada em 21 de maio. Levado a julgamento em 31 de março de 1939, foi absolvido porque o júri considerou que fora forçado a confessar um crime que não cometera. Inconformado, o promotor público Raphael de Oliveira Pirajá (1903-1975) apelou ao Tribunal e este, por meio da 1ª Vara, em acórdão de 3 de junho de 1940, anulou a decisão do

CONDENADOS OU ABSOLVIDOS?

○ fascínio causado pelos processos
julgados pelo Tribunal do Júri

júri. O segundo julgamento teve início em 9 de setembro de 1940 e, mais uma vez, o advogado Paulo Lauro conseguiu a absolvição do acusado. Seguiu-se novo recurso do Ministério Público, mas a 2ª Câmara Criminal, a 27 de agosto de 1942, decidiu pela confirmação do julgamento anterior.

A decisão da Justiça não foi unânime. O desembargador Alexandre Delfino de Amorim Lima (1896-1966), em voto vencido, afirmou: “Raramente um crime foi tão bem elucidado por conjunto harmônico de provas. Eis por que, com a maior convicção e paz de consciência, propugnei pela condenação desse terrível facínora”.

O então jovem advogado Paulo Lauro, que assumira a defesa, conseguiu a absolvição. A opinião pública favorável colaborou para a vitória obtida pelo advogado, o qual ganhou tamanha notoriedade que se elegeu prefeito de São Paulo em 1947 e entrou para a história como o primeiro afrodescendente a assumir o cargo na capital paulista.

Fontes

Conhecendo São Paulo. O Crime do Restaurante Chinês. 14 de outubro de 2012. Disponível em <http://historiadesaopaulo.blogspot.com.br/2012/10/o-crime-do-restaurant-chines.html>

Anatomina de um crime. Revista IstoÉ, 22/4/09

CONDENADOS OU ABSOLVIDOS?

○ fascínio causado pelos processos
julgados pelo Tribunal do Júri

Levantamento de dados - Reserva Técnica

FUNDO	TJSP		SUBFUNDO		Reserva Técnica		SÉRIE DOCUMENTAL		Guarda Permanente	
SUPORTE	papel	FORMA	original	FORMATO	folha / original	GÊNERO	textual	ESPÉCIE	processo	
TIPO DOCUMENTAL	processo jurídico			DATA LIMITE	1938 a 1943	QUANTIDADE DE PROCESSO		04 volumes		
REGIONAL	Foro Central Ministro Mário Guimarães			OFÍCIO	1º Foro Criminal		ETIQUETA	201011001561432		
NÚMERO	7305	ANO	1938	PACOTE	4915	ANO	1938	AÇÃO	Ação Penal - Procedimento Sumário	

Descrição de Conteúdo

Consta do inquérito policial que na madrugada do dia 2 de março de 1938, no restaurante chinês localizado na rua Venceslau Brás, 13, foram encontradas quatro pessoas mortas, sendo uma delas o proprietário do estabelecimento, Ho-Fung. Conforme os laudos periciais, as vítimas foram brutalmente assassinadas a pauladas, e a esposa de Ho-Fung foi morta por esganadura.

Arias de Oliveira, ex-empregado do restaurante, foi denunciado como autor do homicídio, como incurso no artigo 359, combinado com o artigo 360 da Consolidação das Leis Penais. A denúncia foi julgada procedente e o réu foi pronunciado como incurso quatro vezes no artigo 359 combinado com os artigos 366 e 360.

Na sentença, datada em 1º de fevereiro de 1939, o réu Arias de Oliveira foi absolvido pelo júri. O Ministério Público entrou com o recurso de apelação, alegando um evidente erro na decisão e pedindo a nulidade do julgamento. O acórdão datado de 3 de junho de 1940 deu provimento ao recurso, anulando o julgamento. Novamente o réu Arias de Oliveira foi absolvido pelo júri, com a sentença datada de 9 de setembro de 1940. Mais uma vez o Ministério Público entrou com o recurso de apelação, porém negado para acórdão datado de 27 de agosto de 1942, absolvendo Arias de Oliveira.

Para mais informações, consulte o documento físico na SPI 2.1 Coordenadoria de Gestão Documental
Complexo Judiciário do Ipiranga, Rua dos Sorocabanos nº 680 - sala 53 - Ipiranga spi.gestaodocumental@tjsp.jus.br